EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E POLOS DE APOIO AO ENSINO PRESENCIAL: DIFERENTES CONTEXTOS

DISTANCE EDUCATION AND SUPPORT POLES TO PRESENT EDUCATION: DIFFERENT CONTEXTS

Jucineide Lessa de Carvalho[1], Kátia Cristina Novaes Leite[2], Osimara da Silva Barros[3], Najara dos Santos Oliveira[4], Luciane Ferreira Bomfim[5], Valnice de Sousa Paiva[6], Ymiracy Nascimento de Souza Polak[7]

Abstract — *The objective was to point out structural aspects in pole-to-face support for Distance Education (EAD), in contexts: Consortium of Higher Education Centre Distance from Rio de Janeiro (CEDERJ), Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Spain and the Brazilian context, supporting the debate on the EAD Systems Management. A study was conducted exploratory and descriptive in nature, discussing features and actors of the three experiments cited. The propositional results indicate the need for a redesign of the EAD poles management in the Brazilian scenario, in order to meet the singularities of the diversity and function of the University. Expected to contribute to the repositioning ODL centers managers in concerning the physical, technological and administrative infrastructure, providing a fair education as proposed by the Federal Constitution, with positive effects on society.*

Index Terms — *EAD, polos EAD, gestão da EAD, função da Universidade.*

APRESENTAÇÃO

A Educação a Distância remete a uma estrutura organizacional complexa, onde o primor pela qualidade envolve diversos processos e profissionais. O espaço reservado a improvisos, na EAD, é diminuto, pois os envolvidos dispõem de expectativas, tempo e sonhos muito objetivos. Assim, para tal implementação faz-se necessária uma infra- estrutura administrativa, pedagógica e tecnológica composta por um quadro devidamente qualificado. Este cenário exige uma Legislação que sirva de fio condutor e legitimador dos processos de criação e desenvolvimento de iniciativas de EAD e, nesse sentido, o Brasil tem normatizado esta modalidade expedindo resoluções, portarias, referenciais de qualidade amplamente divulgados nos veículos de comunicação com as IES.

Dentre as exigências apontadas pela Legislação específica da EAD está a necessidade da existência de pólos de apoio ao ensino presencial aos educandos em todo o território nacional. Os pólos são *locus* de aprendizagem onde, segundo o Decreto 5622 de 2006, devem possuir infra-estrutura e recursos humanos adequados ao oferecimento dos Cursos, sendo os mesmos ligados administrativamente às Instituições de Ensino Superior.

A estrutura do pólo necessita de uma gestão que compreenda as especificidades da EAD e que atente às mudanças recorrentes nas normas para oferecimento de Cursos, além de estabelecer uma ligação intrínseca com a IES à qual é vinculada.

Objetivou-se assim, apontar aspectos estruturantes em pólos de apoio presencial à Educação a Distância (EAD), nos contextos: Consórcio do Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ), *Universidad Nacional de Educación a Distancia*

[1] Pedagoga, Mestre em Tecnologias da Informação e Comunicação para Formação em Educação a Distância. Membra do Grupo de Pesquisa TIPEMSE – Tecnologia, Inovação Pedagógica e Mobilização Social pela Educação – UNEB (Universidade do Estado da Bahia). Professora da Faculdade Batista Brasileira – FBB. Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Salvador. jucineidecarvalho@gmail.com
[2] Graduada em Letras, Especialista em Educação Especial e Avaliação Educacional. Coordenadora da APAE – Jacobina. Membra do Grupo de Pesquisa TIPEMSE – Tecnologia, Inovação Pedagógica e Mobilização Social pela Educação – UNEB (Universidade do Estado da Bahia). katialeite.ba@gmail.com
[3] Pedagoga, Membra do Grupo de Pesquisa TIPEMSE – Tecnologia, Inovação Pedagógica e Mobilização Social pela Educação – UNEB (Universidade do Estado da Bahia). Professora de Tecnologias da Escola Experimental. osimarabarros@gmail.com
[4] Oficial da Polícia Militar, Especialista em Psicopedagogia, Membra do Grupo de Pesquisa TIPEMSE – Tecnologia, Inovação Pedagógica e Mobilização Social pela Educação – UNEB (Universidade do Estado da Bahia). naitipemse@gmail.com
[5] Pedagoga, Especialista em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e Atendimento Educacional Especializado. Membra do Grupo de Pesquisa TIPEMSE – Tecnologia, Inovação Pedagógica e Mobilização Social pela Educação – UNEB (Universidade do Estado da Bahia). luciane_bomfim@yahoo.com.br
[6] Pedagoga, Mestre em Educação e Contemporaneidade. Professora Assistente da UNEB (Universidade do Estado da Bahia). Líder do Grupo de Pesquisa TIPEMSE – Tecnologia, Inovação Pedagógica e Mobilização Social pela Educação – UNEB (Universidade do Estado da Bahia). valnicesp@yahoo.com.br
[7] Graduada, Mestre e Doutora em Enfermagem. Pós Doutora em EAD pelo Institute of Education, University London . Pós Doutorado na Universidad de Educación a Distancia Madri. Professora Titular aposentada da UFPR (Universidade Federal do Paraná), ex-Professora Adjunto da Universidade Norte do Paraná. ynsp@hotmail.com

DOI 10.14684/WCCA.8.2015.39-44
© 2015 COPEC

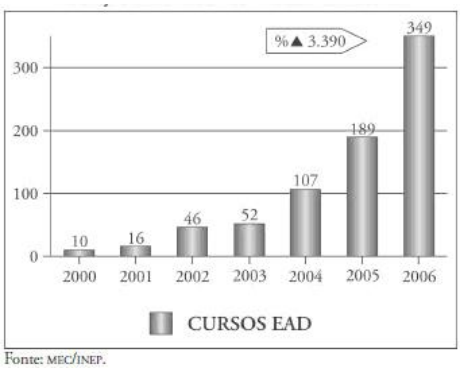
(UNED), na Espanha e, o contexto brasileiro, subsidiando o debate sobre a Gestão de Sistemas de EAD.

POLOS E LEGISLAÇÃO EM EAD: CONTEXTUALIZANDO

O crescimento da EAD a partir de 2004, em especial no município de Salvador, avançou consideravelmente e muitas instituições, principalmente das Regiões Sudeste e Sul implementaram pólos de apoio na cidade. Vale ressaltar que em sua maioria se tratavam de instituições de iniciativa privada com fins lucrativos e com larga experiência na modalidade de ensino presencial.

O crescimento entre 2000 e 2006 da EAD em âmbito nacional também é muito relevante, como pode ser verificado na Figura 1 a seguir, especialmente após a edição do Decreto 5622, período em que a modalidade se estrutura legalmente:

FIGURA. 1
EVOLUÇÃO DOS CURSOS EAD: BRASIL 2000-2006



Fonte: MEC/INEP.

Sobre esse aspecto, em janeiro de 2007 foi publicada a Portaria Normativa nº 01 que a respeito da Educação a Distância, estabelecia critérios para avaliação de pólos de apoio presencial, dantes não tão rigorosamente avaliados, solicitando às instituições informações tais como indicação de quantidade e endereços destes espaços para que o Ministério de Educação (MEC) enviasse comissões de verificação *in loco*. Tal iniciativa causou certo descontentamento no cenário da EAD, contrariando algumas instituições que não se adequavam à estrutura preconizada pelo MEC, exigindo das mesmas o pronto ajuste à Legislação. Diversos artigos publicados, especialmente na *internet* à época, evidenciavam a opinião dos gestores institucionais acerca da iniciativa da legislação, bem como do prazo tido como curto, estipulado para ajustes dos pólos.

Também em janeiro de 2007, foi publicada a Portaria nº 02, indicando os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância, tratando de aspectos referentes ao credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos, operacionalização em sistemas públicos e privados. Tal documento ascendeu discussões em todo o país, por ser tido como cerceador da modalidade, até então em plena expansão. Artigos publicados no site da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) concordaram com a necessidade de uma legislação específica para EAD, mas criticaram a forma desenfreada como a mesma era alterada, a ausência da autonomia universitária para conduzir seus cursos, bem como a utilização de normas para impedir o avanço da modalidade.

Ainda em 2007, em 12 de dezembro, a Portaria nº. 40 foi publicada, a fim de instituir o e-MEC "sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação", que revogava a Portaria nº. 02 de 2007. Trata então da especificidade dada às informações sobre EAD, da integração com a Secretaria de Educação a Distância, dedicando um Capítulo às particularidades da Educação a Distância.

PÓLOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DIFERENTES CONTEXTOS

As atividades realizadas nos pólos EAD em nível internacional e a estrutura encontrada nos mesmos estão diretamente ligadas, além do preconizado na legislação, à concepção técnico-pedagógica das instituições, às necessidades práticas da formação profissional e ao significado que estes espaços representam no sistema da Educação a Distância.

Para Sá (2008), os Centros Associados ou pólos como pontas físicas de um sistema de EAD devem ser locais de acolhimento do estudante, onde possam encontrar os recursos didáticos, pedagógicos, administrativos e tecnológicos para que tenham condições de estudar e aprender. Assim, a abordagem sobre pólos EAD e sua composição carecem de análise sobre propostas já consolidadas e aqui são brevemente descritos dois modelos que inclusive serviram de parâmetro para o Sistema UAB e posteriormente pólos EAD no contexto nacional.

Em 1999, a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro juntamente com seis Universidades do Estado[8], dentre elas estaduais e federais constituíram uma parceria para oferecimento de formação a distância, pública e gratuita especialmente nas regiões interioranas, atendendo a um público-alvo que não possuía condições de estudar em horários ditos tradicionais.

Tal empreitada resultou em 2000 na consolidação do Consórcio CEDERJ, gerido pela Fundação CECIERJ –

[8] Disponível em: <http://www.cederj.edu.br/fundacaocecierj/exibe_artigo.php >

Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, autarquia com atendimento em EAD antes direcionado apenas ao município do Rio de Janeiro.

A *Universidad Nacional de Educación a Distancia (*UNED), fundada em 1972, oferece um modelo educativo baseado na qualidade dos conteúdos, em que o material didático (impresso e audiovisual fundamentalmente) é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, bem como a orientação tutorial. Cada disciplina conta com suas próprias unidades didáticas, com orientações ao estudo, esquemas-resumo do tema, formulação de objetivos de aprendizagem, exercícios de aplicação, questões intercaladas no texto, exercícios de autocomprovação e atividades recomendadas. No que diz respeito à orientação tutorial, utiliza o meio telefônico para dirimir as dúvidas, bem como o encontro presencial nos denominados Centros Associados, uma sólida rede de sedes locais da UNED.

Trata-se de uma universidade clássica de educação a distância, que no tocante à metodologia, uma grande preocupação é a de manter o aluno em conexão permanente com a atividade formativa que curse, o que justifica a diversidade de possibilidades de acesso aos professores orientadores.

Os Centros Associados da UNED são ambientes onde os estudantes realizam atividades acadêmicas como matrículas, acesso a tutorias (orientações aos estudos), emitem opiniões sobre os cursos, mas, também, são espaços de concentração de cultura para exibição de filmes, apresentações teatrais, dentre outros.

Muitos dos Centros Associados possuem uma biblioteca física com publicações produzidas pela própria UNED para apoio aos estudantes, com o objetivo de consulta. Além de parte das avaliações serem realizadas presencialmente nos Centros, tais espaços possuem comércio de livros e materiais didáticos. No entanto, é através da Secretaria Virtual que os estudantes realizam consultas acadêmicas e solicitações de declarações.

Todo esse desenho administrativo possui a gerência de uma Reitoria especial para os Centros Associados na Espanha, no exterior e com parcerias institucionais. A esta gestão compete articular novas parcerias e criar modelos de gestão financeira conforme as mesmas, como também garantir o atendimento de serviços aos estudantes.

Por se tratar de um espaço de apoio, os pólos EAD geralmente não possuem professores e sim, tutores presenciais ou virtuais, que realizam planejamento de modo individual, pelo fato de a sede das instituições, locais geralmente estruturados para a produção coletiva, encontrarem-se distantes dos centros.

Em Bittencourt (2008), tem-se que em geral a ausência de recursos tecnológicos e a metodologia utilizada num modelo de curso EAD dificultam a consolidação de um projeto pedagógico bem como da aprendizagem autônoma. Acrescenta-se a estes fatos a resistência que muitos ainda possuem às tecnologias da informação e da comunicação, em especial ao uso do computador, ferramenta necessária à interatividade na maioria dos cursos oferecidos a distância.

Além destes aspectos, o autor sinaliza a parceria com escolas de Ensino Médio ou cursos técnicos como espaços-pólos, o que inviabiliza, muitas vezes, a realização de atividades acadêmicas, de nível universitário. Também a existência de uma biblioteca para consultas a materiais, laboratórios de informática bem equipados são essenciais ao efetivo funcionamento de um pólo EAD.

Polak (2005), apresenta o pólo como sinônimo de subsede, acrescentando outras terminologias para designação destes espaços de apoio presencial como centro, unidade de ensino ou núcleo. A autora conceitua este ambiente como "o local em que acontece o processo de ensino-aprendizagem." Reitera que se trata de um centro cultural de formação universitária, que pode organizar e desenvolver cursos especiais e seminários, como apoio ou como complementação dos conhecimentos ofertados pela Sede Central, sendo um local de convivência, em que se concentram os professores tutores e alunos.

METODOLOGIA

Considerando a contemporaneidade da temática, arquitetura do estudo, os objetivos e a questão central da pesquisa foi desenvolvido um estudo de caso, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva.

Para Yin (2004, p. 23) "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas". A EAD no Brasil é bastante recente e sua normatização enfrenta dificuldades por questões geográficas, sociais, políticas e culturais. A estrutura física denominada pólo é também nova e passa hoje por uma avaliação mais pontual, com legislação e instrumentos específicos. Assim, o estudo de caso poderá possibilitar as evidências contidas no cenário de análise.

Além de o evento dos pólos de EAD ser contemporâneo, o modo como a legislação tem sido aplicada em tais espaços não pode ser manipulada, necessitando assim da utilização de instrumentos que possibilitem o detalhamento do fenômeno. Sobre esse aspecto Yin (2004, p.23), informa que o estudo de caso possibilita a definição e aplicação de instrumentos sistemáticos, caracterizado pela "capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências."

Nessa perspectiva, uma investigação qualitativa teve como função, dentre outras abordar as ações desenvolvidas nos polos de apoio ao ensino presencial, especialmente no município de estudo. Bogdan e Biklen

(1994, p. 48) afirmam que "a investigação qualitativa é descritiva", mostrando que a coleta de dados deve analisar os fatos de modo minucioso e não reducionista e que permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo.

Outro aspecto fundamental na pesquisa com objetivo descritivo é a análise dos dados coletados. Bogdan e Biklen (1994, p. 50), afirmam que a investigação qualitativa interessa-se mais pelo processo que pelo produto ou resultado, enquanto que Yin (2004, p. 106), coloca que "o objetivo final da análise é o de tratar as evidências de forma adequada para se obter conclusões analíticas convincentes e eliminar interpretações alternativas." Esta análise descritiva parte das referências encontradas no início do estudo e servem como base para verificação de hipóteses, bem como de mapeamento de eventos necessários à compreensão dos fenômenos do caso.

As Instituições pesquisadas, cujos dados são aqui elencados, foram categorizadas pela sigla IES e número correspondente:

IES[1]: Instituição Estadual, credenciada para o oferecimento da modalidade EAD, graduação e pós-graduação lato sensu a partir de 2005.

IES[2]: Instituição Federal advinda da Região Sudeste, oferece no município cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* EAD, com experiência na modalidade desde 2000. Há, neste caso parceria com o Governo Municipal.

IES[3]: Instituição da Rede Particular de Ensino, sediada no Estado do Paraná, com pólos no município de Salvador, oferece Cursos de Graduação, Graduação Tecnológica e Especialização lato sensu. Credenciada em 2002 e recredenciada em 2006.

Há de se ressaltar, que, principalmente no Ensino Superior, a tríade ensino-pesquisa-extensão são necessárias à composição e consolidação da Academia. Este aspecto é essencial em todas as modalidades de ensino, pois a qualidade e interdimensionalidade entre estes três não devem ser marginalizados. Matos e Vieira (2002), afirmam que à extensão, cabe também o importante papel de contribuir com a aplicação do que foi elaborado na pesquisa e no ensino, reiterando a indissociabilidade apontada na Constituição Federal. No entanto, quanto às atividades de extensão realizadas nas Instituições de Ensino Superior (IES), percebeu-se a ausência deste caráter indissociável e uma tendência ao ensino estanque, com mudanças necessárias para inclusão nos parâmetros indicados pela Lei Magna, conforme expresso em Tabela I.

TABELA I
AÇÕES DE EXTENSÃO NOS POLOS EAD

IES	Atividades
IES1	Não possui
IES2	Não possui
IES3	Simpósios na Área Pedagógica
	Cursos na Área de Procuradoria
	Cursos na Área Contábil
	Cursos na Área Florestal

Para Bittencourt (2008), o forte discurso de interiorização e democratização da Universidade não deve terminar por menosprezar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Para ele, o que se interioriza são ações centradas unicamente em atividades de ensino.

> Por meio do ensino se promove a socialização dos conhecimentos científicos enquanto que, pela extensão, se produz a interação da universidade com os outros segmentos da sociedade. As atividades de pesquisa podem gerar a produção de conhecimentos e oportunizar a formação de sujeitos com postura investigativa. Além disso, as universidades têm a função de formar profissionais para as diferentes áreas de conhecimento. (BITTENCOURT, 2008, p. 78).

Uma análise da forma como tem se dado a expansão da EAD sob a perspectiva da função das Instituições de Ensino Superior pode causar alterações no cenário atual, não extraindo da Educação a Distância as questões necessárias ao desenvolvimento humano.

Também no âmbito da pós-graduação *lato sensu*, são muitas as instituições presenciais e a distância que têm oferecido propostas de aperfeiçoamento profissional. No entanto, na EAD, os cursos ainda são ofertados em pequena quantidade se comparados ao número de cursos de graduação existentes, como pode se ver na Tabela II.

TABELA II
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU – PÓLOS EAD

IES	Curso	Turma	Alunos
IES1	Não possui		
IES2	Gestão em Saúde	2	60
	Ativação do Processo de Mudanças na Formação de Profissionais de Saúde	1	30
IES3	Educação mediada pelas Tecnologias	Fase de inscrição	

Em geral, os pólos atuam junto aos Tutores e alunos com funções ligadas ao ensino. Apenas na IES3 pode ser notada mais autonomia no gerenciamento dos subsistemas administrativo, pedagógico e tecnológico, inclusive selecionando e capacitando os profissionais que atuam no pólo.

Tal descoberta permite entender que o gestor de pólo ainda não possui papel de planejamento de ações com vista ao desenvolvimento do pólo. Esta função fica a cargo do gestor localizado na sede das IES que retransmite aos pólos um modelo de gestão pré-programado. Assim, as competências sugeridas por Polak (2006), parecem se adequar mais às instâncias maiores de concepção didático-pedagógica-científica dos sistemas EAD. Para a autora, o gestor deve:

- Definir adequadamente os objetivos.
- Conhecer a demanda do mercado e as características do cliente (pessoa física ou jurídica).
- Selecionar adequadamente a mídia.
- Dimensionar adequadamente os Recursos Humanos, material e físico mantendo o equilíbrio entre eles.
- Definir a filosofia de ensino e o quadro institucional. Assegurar a sustentabilidade dos cursos.

O fato de o pólo ser um organismo dentro de um grande sistema faz com que o mesmo não possua vida própria, sendo necessárias autorizações para realizações de determinadas atividades ou alterações em planejamentos. Ocorre que apesar de um conhecimento possuir uma conotação universal, muitas são as especificidades encontradas em clientelas de um mesmo Curso. A característica de regionalização do Brasil, por exemplo, deveria levar as instituições de EAD a repensarem como podem ser realizadas as adequações dos conteúdos e mesmo da gestão aos distintos pólos.

Nota-se que no que diz respeito às atividades realizadas nos Pólo, as IES estão de acordo com as exigências. Refletindo, no entanto sobre a função da Universidade de articular o ensino à pesquisa e a extensão, percebe-se a falta de atenção das normas à socialização dos conhecimentos, à interação com a sociedade e à formação de uma postura investigativa, como anuncia Bittencourt (2008, p. 78).

Há de se pensar, no entanto que o pólo não é um campus descentralizado, ou avançado de uma universidade, mas, sim, um espaço de apoio pedagógico e administrativo, de socialização presencial, de retirada de dúvidas, de gestão e que se apóia na utilização das tecnologias da informação e da comunicação para que haja aprendizagem colaborativa e significativa. Por esse viés, o pólo pode apresentar uma estrutura simplista, mas deve promover iniciativas de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, valendo-se inclusive dos ambientes virtuais de aprendizagem para este fim.

CONSIDERAÇÕES

Entendendo o Pólo EAD como a parte vista da IES por muitos alunos e educadores e visando de fato "ensejar a um número maior de pessoas acesso ao ensino de qualidade em diferentes localidades." (POLAK, 2005), vê-se a necessidade de as estruturas dos pólos serem mais utilizadas para atividades de articulação dos mesmos com a sociedade nos quais estão inseridos. Praticar apenas ensino e avaliações presenciais subestima as muitas possibilidades que este espaço possui, dada a pequena frequência. Para tanto, a infra-estrutura física deve estar em consonância com as instâncias administrativa, pedagógica e tecnológica.

Neles, poderiam ser realizados seminários de atualização profissional, eventos como mesas-redondas e projetos que dessem à sociedade retorno do conhecimento ali produzido. Também a iniciação de posturas investigativas através de um programa de iniciação científica, formando os tutores para este fim, desmistificando a tão discutida teoria, contando com a participação efetiva dos estudantes, ação cada vez mais apontada como essencial nas avaliações dos cursos superiores. A gestão do pólo também necessitaria de formação específica em EAD bem como em pesquisa e extensão, estando preparada para gerenciar tais iniciativas nas subsedes de forma estratégica e participativa.

Acredita-se que além de a otimização destes espaços potencializarem a Educação a Distância podem fornecer à legislação outros indicadores de qualidade da modalidade além da observação apenas da infra-estrutura física e a tecnologia nela existente ou mesmo da titulação ou período de experiência profissional do corpo social.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Ricardo Luiz de. **Formação de Professores em Nível de Graduação na modalidade EAD.** O caso da Pedagogia da UDESC – Pólo Criciúma. Porto Alegre: Editora do Autor, 2008.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Alegre: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 06 mar. 2008.

_____. Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 06 mar. 2008.

BRASIL Portaria nº 01, de 10 de janeiro de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 06 mar. 2008.

_____. Portaria nº 02, de 10 de janeiro de 2007. Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 06 mar. 2008.

_____. Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=com_content&task=view&id=61>. Acesso em: 06 mar. 2008.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. ver. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

POLAK, Ymiracy N. S. Iniciando o percurso em EAD na UFPR. In: POLAK, Ymiracy N. S.; MARTINS, Onilza B.; SÀ, Ricardo Antunes de. **Educação a Distância: um debate multidisciplinar.** Curitiba, UFPR/PROGRAD/NEAD, 1999.

_____. MARTINS Onilza Borges. KRELING Paulo César Lopes. **Educação a distância na UFPR**: Novos cenários e novos caminhos / Organizadores Curitiba:Editora UFPR, 2000.

_____. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTOS DE EAD: oportunizando o processo de GESTÃO DE SISTEMAS de Educação a Distancia. Curitiba: UNOPAR, 2005.

_____. **Planejamento e Gestão de Sistemas de EAD**. Material Didático do Curso de Mestrado Profissional de Tecnologia de Informação e Comunicação na Formação em Educação a Distância. Universidade Norte do Paraná/Universidade Federal do Ceará. 2006. Disponível em: <www.unoparvirtual.com.br>. Acesso em: 10.04.07.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre Bookman, 2004.